



PARECER COMED/PGUÁ N.º 76/11 APROVADO EM 09/11/2011

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA / CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

MUNICÍPIO: PARANAGUÁ

ASSUNTO: Implantação do Ensino Fundamental, regime de nove (09) anos, 6º ao 9º ano, de forma gradativa no Sistema Municipal de Ensino do Paranaguá

RELATORAS: Fabíola Soares e Luciana Tavares de Miranda

I – RELATÓRIO

Histórico

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral encaminhou a este Conselho, o ofício nº 987/2011, no dia 04 de outubro, referente a *“implantação do 6º ano ao 9º ano na rede pública municipal de ensino será gradativa”* (grifo nosso).

Em outubro de 1978 no Governo de Jaime Canet Junior foi ampliada com recursos administrados pela Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR.

A Escola Municipal Tiradentes é a única escola de ensino fundamental – anos finais da rede municipal de ensino de Paranaguá. O qual já teve os seguintes nomes: Grupo Escolar de Alexandra, Grupo Municipal Escolar de Alexandra, Unidade Municipal de 1º Grau de Alexandra, Escola Municipal de Tiradentes – 1º Grau e atualmente Escola Municipal Tiradentes – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 211, fala que os entes federados organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, vemos no parágrafo segundo que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e ainda no parágrafo quarto os seus sistemas de ensino definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.



Com a Lei n.º 11.114/2005, o qual faz alterações a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deixa clara a obrigatoriedade do ensino fundamental, de forma gratuita, na escola pública a partir dos seis anos, e que terá por objetivo a formação básica do cidadão.

Em 2006, com a Lei n.º 11.274, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional recebe alterações sobre o que dispõe a duração mínima de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental e reafirmou a matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade para todo ensino brasileiro, fixando o ano de 2010 como prazo final para implantação do ensino fundamental ampliado.

Com a ampliação da duração do Ensino Fundamental para nove anos, sua organização e da Educação Infantil adotaram a seguinte nomenclatura conforme Resolução CNE/CEB nº 03/2005:

Etapas de ensino	Faixa etária prevista	Duração
Educação Infantil	Até 5 anos de idade	
Creche	Até 3 anos de idade	
Pré-escola	4 e 5 anos de idade	
Ensino Fundamental	Até 14 anos de idade	9 anos
Anos iniciais	De 6 a 10 anos de idade	5 anos
Anos finais	De 11 a 14 anos de idade	4 anos

No Parecer CNE/CEB nº 018/05 faz sua contribuição para o tratamento político, administrativo e pedagógico na implementação do ensino fundamental de nove anos, através das seguintes **considerações e orientações**:

(...) c) O projeto político-pedagógico escolar, para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade, deve considerar com primazia as condições sócio-culturais e educacionais das crianças da comunidade e nortear-se para a melhoria da qualidade da formação escolar, zelando pela oferta equitativa de aprendizagens e o alcance dos objetivos do Ensino Fundamental, conforme definidos em norma nacional.

d) A organização federativa garante que cada sistema de ensino é competente e livre para construir, com a respectiva comunidade escolar, seu plano de universalização e de ampliação do Ensino Fundamental, com elevação do padrão de qualidade do ensino e com matrícula e frequência obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Cada sistema é também responsável por refletir e proceder a convenientes estudos, com a democratização do debate, envolvendo todos os segmentos interessados, antes de optar pela(s) alternativa(s) julgada(s) mais adequada(s) à sua realidade, em função dos recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis. O plano adotado pelo órgão executivo do sistema é regulamentado, necessariamente, pelo



respectivo órgão normativo, para o que as Secretarias de Educação e os Conselhos de Educação precisam se articular, a fim de que suas decisões e ações alcancem a devida validade. Já a legitimidade e a efetividade desta política educacional vão requerer ações formativas da opinião pública e das condições pedagógicas e administrativas; como também deve esta merecer atento acompanhamento e avaliação, em todos os níveis.(CNE/CEB, 2005,p.02).

Algumas das implicações apontadas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação neste mesmo parecer já foram adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral como: adoção da nova nomenclatura, fixação as condições para a matrícula da criança de 6 anos, a qualidade da Educação Infantil preservando a identidade pedagógica, a adequação do projeto político-pedagógico, materiais didáticos, mobiliário e equipamentos para a criança de 6 anos, formação continuada aos professores do ensino fundamental - anos iniciais.

Para que a reflexão sobre os anos iniciais do Ensino fundamental e a criança de seis anos por meio do Parecer CNE/CEB nº04/2008 o qual trata da avaliação, que deve estar explícita no projeto político- pedagógico de cada escola:

(...)9.A **avaliação**, tanto no **primeiro ano** do Ensino Fundamental, com as crianças de seis anos de idade, quanto no **segundo e no terceiro anos**, com as crianças de sete e oito anos de idade, tem de observar alguns **princípios essenciais**:

9.1 – A **avaliação** tem de assumir forma **processual, participativa, formativa, cumulativa e diagnóstica e, portanto, redimensionadora da ação pedagógica**;

9.2 – A avaliação nesses três anos iniciais **não** pode repetir a prática tradicional limitada a avaliar apenas os **resultados finais** traduzidos em **notas ou conceitos**;

9.3 – A avaliação, nesse bloco ou ciclo, **não** pode ser adotada como mera **verificação de conhecimentos** visando ao **caráter classificatório**;

9.4 – É indispensável a **elaboração de instrumentos e procedimentos de observação, de acompanhamento contínuo, de registro e de reflexão permanente** sobre o processo de ensino e de aprendizagem;

9.5 – A **avaliação**, nesse período, constituir-se-á, também, em um momento necessário à **construção de conhecimentos** pelas crianças no processo de **alfabetização**. (...) (CNE/CEB, 2008, p.2).

Devem-se considerar, em toda essa discussão, as seguintes Resoluções do CNE/CEB:

- 05/09 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- 04/10 - Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- 06/10 – Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil;
- 07/10 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos.



A Resolução CNE/CEB nº 07/10 define, em seu artigo 7º, que:

(...)as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.(...) (CNE/CEB, 2010, p.3)

É necessário assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens com a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a qualidade da Educação Básica.

Reconhecer de que os alunos já aprenderam antes da sua entrada no Ensino Fundamental e a recuperação do caráter lúdico do ensino contribuirão para melhor qualificar a ação pedagógica junto às crianças, sobretudo nos anos iniciais dessa etapa da escolarização.

Na articulação entre os anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental, deve-se observar, conforme artigo 29, Resolução CNE/CEB nº 07/10:

(...)I – pelos sistemas de ensino, ao planejamento da oferta educativa dos alunos transferidos das redes municipais para as estaduais;

II – pelas escolas, à coordenação das demandas específicas feitas pelos diferentes professores aos alunos, a fim de que os estudantes possam melhor organizar as suas atividades diante das solicitações muito diversas que recebem.(...)(CNE/CEB, 2010, p.8).

Para a implantação do ensino fundamental-anos finais (6.º ao 9.º ano), faz-se necessário repensar no projeto político pedagógico da escola e na tabela de equivalência conforme segue:

Tabela de Equivalência dos anos finais do Ensino Fundamental

Ensino Fundamental de 8 anos	Ensino Fundamental de 9 anos
5ª série	6º ano
6ª série	7º ano
7ª série	8º ano
8ª série (terminalidade)	9º ano (terminalidade)



A distribuição do número de aulas para cada disciplina na Matriz Curricular dos anos finais do Ensino Fundamental deverá obedecer ao princípio de equidade, carga horária mínima de 02 (duas) horas aula e máxima de 04 (quatro) horas-aula semanal, com exceção do Ensino Religioso, uma vez que não há fundamento legal ou científico que sustente o privilégio de uma disciplina sobre a outra, sendo composta, obrigatoriamente, pelas disciplinas de: Arte, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática e uma Língua Estrangeira Moderna.

As Matrizes Curriculares para os anos finais do Ensino Fundamental 6º ao 9º ano deverão prever 25 (vinte e cinco) horas-aula semanais para todos os anos nos turnos diurno e noturno.

A disciplina de Ensino Religioso, nas instituições de ensino da Rede Municipal de Ensino, será ofertada obrigatoriamente, com carga horária de 01(uma) hora-aula semanal, no 6ª e no 7º ano, com matrícula facultativa para alunos, em todos os turnos.

Considerando a aprovação:

EF 8 anos - 2011	EF 8 anos - 2012	EF 9 anos - 2012
4ª série	5ª série	6º ano
5ª série	6ª série	7º ano
6ª série	7ª série	8º ano
7ª série	8ª série	9º ano
8ª série		

Considerando a retenção:

EF 8 anos - 2011		EF 9 anos - 2012
5ª série	Retido	6º ano
6ª série	Retido	7º ano
7ª série	Retido	8º ano
8ª série	Retido	9º ano

Considerando a criação a partir de 2012:

Implantação gradativa	EF 9 anos
2012	6º ano

II – DO MÉRITO



Trata-se de solicitação para implantação do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, em 2012, sua implantação será simultânea na Escola Municipal Tiradentes – Educação Infantil e Ensino Fundamental e gradativa aos demais estabelecimentos de ensino da rede municipal autorizados por este Conselho, que compõe o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá.

Encaminhe-se À SEMEDI:

- a) Para a adequação do projeto político pedagógico, orientar a sua reconstrução e reelaboração tendo como base os elementos apresentados na Deliberação COMED nº 03/10;
- b) Para o acompanhamento da implementação das novas matrizes curriculares nas instituições do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá.
- c) O presente Parecer à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral para a expedição da instrução normativa;
- d) no histórico escolar do Ensino Fundamental do aluno deverá constar o percurso do Ensino Fundamental com oito e nove anos de duração e, no campo das observações deverá ser feita menção a este Parecer, ficando todos os atos escolares convalidados e conseqüentemente regularizada a vida escolar do aluno, desde que praticados conforme o projeto político-pedagógico autorizados por este Conselho, que compõe o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá.

É o Parecer.

III. VOTO DAS RELATORAS

Diante do exposto, este Colegiado acolhe o pedido da SEMEDI, garantindo a implantação de forma simultânea na Escola Municipal Tiradentes – Educação Infantil e Ensino Fundamental e gradativa aos demais estabelecimentos de ensino da rede municipal autorizados por este Conselho,



para os anos finais do Ensino Fundamental com nove anos de duração (do 6.ºano ao 9.º ano) em todas as escolas que integram o Sistema Municipal de Ensino do Paranaguá.

IV. DECISÃO DAS CÂMARAS

As Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas aprovam por unanimidade o voto da Relatora.

Sala de Reuniões do COMED/PGUÁ, em 09 de novembro de 2011.

Relação dos Conselheiros presentes

Cons. Antonio Luiz Freitas Morato, Cons.Fabíola Soares, Cons. Francielle de Souza Martins, Cons. Luciana Tavares Miranda, Cons. Simone Pereira de Mello, Cons.Sônia Maria dos Reis, Cons. Suzana da Veiga Wilczek, Cons.Tânia do Rocio Rabij.

Conselheira Fabíola Soares

Presidente

Antonio Luiz de Freitas Morato

Vice-Presidente